

CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS:

A lacuna de comunicação existente nesse cenário

Alexandro Suchara¹
Vaniele Weinrich²

RESUMO

Em tese, ao nos referirmos as modalidades de ensino nos deparamos com um vasto teor bibliográfico, que referencia e explica cada modalidade e suas especificidades. Em contraponto, nem sempre esse material é compreendido pelo pesquisador, pelo simples fato de não apresentar uma abordagem tangível. A elaboração do referido artigo, embasou-se em artifícios técnicos, como por exemplo: artigos científicos e livros, sendo que tais ações são importantes para viabilizar o estudo. A temática da pesquisa embasou-se na linha das Políticas de Proteção Social e Educação. Em seus recortes bibliográficos, foca-se nos princípios legais da Estimulação Essencial, ou seja, em estímulos e intervenções precoces em crianças já primeiros meses de vida, na importância da comunicação organizacional e em um dos patrimônios intangíveis mais almejados pela administração moderna, a gestão de conhecimento compartilhado. É importante destacar ao leitor, que os argumentos e citações transcritas no arcabouço desse artigo, alienou-se a elementos fulcrais e referencias reconhecidas pela relevância na conotação científica.

Palavras-chave: Estimulação Essencial. Comunicação. Gestão do Conhecimento.

SUMMARY

In theory, to refer to the education method we encounter with a vast bibliographic content which references and explains each modality and its specificities. On the other hand, the researcher does not always understand this material, for the simple fact of not presenting a tangible approach. The article preparation was subscribed in technical artifice, as example: scientific articles and books, and such actions are important to facilitate the study. The research theme was based in the line of Social Protection Policies and Education. In its bibliographic clippings, it focuses in the legal principles of Essential Stimulation. Thus, in stimulus and precocious intervention in children since the first months of life, the importance of organizational communication and of the intangible value more desired by the modern administration, the management shared knowledge. It is important to distinguish to the reader,

¹ Acadêmico do curso de Pós-graduação Educação, Diversidades e Redes de Proteção Social, do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI. E-mail: alexandrosuchara@hotmail.com

² Mestre em Administração pela Fundação Universidade de Blumenau – FURB. Professora do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI. E-mail: vanieleweinrich@gmail.com

that the arguments and citations transcribed in the framework of this article were alienated from crucial elements and references recognized for its relevance in the scientific connotation.

Keywords: Essential Stimulation. Communication. Knowledge management.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo, tem como premissa a busca por axiomas que contribuam com um modelo de comunicação onipotente, que seja eficiente tanto para os Centros de Educação Infantil como para as Instituições de Educação Especial. Missão nada fácil, porém se buscarmos cases e fundamentações teóricas, baseadas em situações concretas e modelos de sucesso, certamente atingiremos o resultado desse artigo.

Inicialmente, toda ação que seja realizada por mais de uma instituição depende de parceiros, colaboradores, apoiadores ou mesmo de convênios. Precisamos conhecer o mercado (praça) que pretendemos atuar, ou seja, nesse caso é de suma importância e relevância ter conhecimento se a rede regular de ensino local possui ou não uma equipe de referência (Psicólogo, Assistente Social e Pedagogo) para diagnosticar as crianças que apresentam Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor (ADNPM).

A problemática do artigo, norteia a busca pela resposta da seguinte indagação: Como estabelecer a comunicação, entres as modalidades de ensino, com o foco no diagnóstico precoce das crianças de 0 a 3 anos e 11 meses?

O objetivo principal desse artigo é entender as lacunas que existem na comunicação entre os Centros de Educação Infantil e as instituições que prestam serviços especializados. Salienta-se que as respostas encontradas na busca pela explicação da problemática anteriormente citada, é totalmente referenciada através de pesquisa bibliográfica.

Todo o estudo norteia-se em uma pesquisa bibliográfica, direcionada a forma de se comunicar com eficiência entre as modalidades de ensino, ao mesmo tempo que, rever conceitos e desmitificar rotulações, e caso necessário, propor melhorias na eficácia da comunicação entre as partes.

Conforme a Cartilha do Censo (2010, p. 14) “Em 2000, o segmento das pessoas com pelo menos uma das deficiências abrangia um contingente de 24.600,256 pessoas não institucionalizadas, ou 14,5% da população brasileira. Em 2010, esse número subiu para 45.606,048 de pessoas ou 23,9% da população total”. Tais dados, nos remetem a uma realidade assustadora, em relação ao aumento de pessoas com alguma deficiência ou mesmo atraso no desenvolvimento neuropsicomotor.

A linha de pesquisa bibliográfica, busca sanar questões importantes como essa: depois do nascimento da criança, ou seja, após a percepção por um centro de educação infantil que seu aluno possui necessidades especiais, se comparadas com as crianças ditas “normais”, como proceder e a quem recorrer?

Segundo um estudo apresentado pelo Ministério da Educação, os resultados da estimulação precoce evidenciaram duradouros benefícios para o desenvolvimento do indivíduo, desde que a ação estimuladora se efetue nos primeiros anos de vida, de forma regular e sistemática, sem descontinuidade e sem interferência de fatores francamente negativos. (ESTIMULAÇÃO PRECOCE, 1996, p. 21).

O objetivo principal desse trabalho, não busca um aprofundamento sobre as causas genéticas e/ou fatores sociais que contribuem para esses dados. Para tanto, se cedo diagnosticado ou estimulado, as chances de um crescimento normal perante a sua disfunção triplica, ou seja, intelectual, física e social. Talvez porque, “Quanto mais cedo à criança portadora de deficiência ou vulnerável a mesma dor detectada e submetida a programas de estimulação tanto melhor será o prognóstico de sua reabilitação”. (ESTIMULAÇÃO PRECOCE, 1996, p. 10).

Por fim, busca-se respostas concretas que ajudem a melhorar a comunicação entre centros de educação infantil e instituições especializadas, tendo como beneficiários as crianças que necessitam de atendimentos de estimulação essencial.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ATENDIMENTO EM INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA

Nesse tópico, evidenciaremos através da legislação em vigor atualmente no cenário nacional, a necessidade e importância do atendimento em instituição especializada desde cedo, possibilitando melhoras significativas para as crianças que possuem alguma necessidade especial.

A Política Nacional da Educação Especial (BRASIL, 1994, p. 18), em seu ensejo, conceitua a Estimulação Essencial como “conjunto de estímulos e treinamentos adequados, oferecidos nos primeiros anos de vidas a crianças já identificadas como deficiente e àquelas de alto risco, de modo a lhes garantir uma evolução tão normal quanto possível”.

Partindo do direito ao acesso à educação nos primeiros meses de vida e assegurado pela Constituição de 88, onde garante às crianças, em seu Art. 205, o direito à educação para que assim possam desenvolver-se plenamente, ficando assegurado o “atendimento em creches e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (CONSTITUIÇÃO, 1988).

Outra garantia importante, que assegura o pleno desenvolvimento e atendimento gratuito desde os primeiros meses de vida, está descrito na LDB que significa Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) em seu Art. 58 § 3º ao referir que “a oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil”. Tais garantias em lei, além de servirem como preservação jurídica aos direitos adquiridos pelas famílias perante a legislação brasileira, reafirmam a importância da precocidade na intervenção no desenvolvimento de crianças com necessidades especiais.

O desenvolvimento precoce somente será possível se o cérebro, ainda em fase de modificabilidade, receber os estímulos apropriados para beneficiar o seu desenvolvimento, consolidando e aumentando a estabilidade sócia emocional da criança. "O que acontece no cérebro de alguém, à medida que envelhece, depende, em grande parte, do que essa pessoa fazia quando jovem.". (GOLDBERG, 2006, p.52). Um bom trabalho realizado com crianças que apresentam deficiência intelectual na Educação Infantil, se dá através da Estimulação Essencial, podendo acelerar seu processo de aprendizagem, haja visto que o deficiente

intelectual geralmente tem dificuldades na aprendizagem e o que ele precisa de fato, é de estimulação e incentivo para desenvolver suas habilidades e potencialidades.

Por exemplo, uma pessoa com necessidades especiais, principalmente com deficiência intelectual e/ou múltipla, apresenta um ritmo de aprendizagem mais lento, embora as etapas suplantadas sejam as mesmas das crianças 'ditas normais'. "Os efeitos positivos de um ambiente verbalmente estimulante sobre o desenvolvimento cognitivo dependem, essencialmente, dos padrões mais abstratos da linguagem utilizada no meio familiar e da forma de relacionamento do adulto com a criança" (ESTIMULAÇÃO PRECOCE, 1996, p. 28). O objetivo da estimulação na fase infantil é justamente acelerar esse processo no desenvolvimento sensório motor, cognitivo e afetivo. A ausência da estimulação nos primeiros anos de vida, seja com crianças com deficiência ou não, diminui o ritmo natural do processo evolutivo infantil, aumentando também o distanciamento dos padrões do desenvolvimento psicomotor, sócio afetivo, cognitivo e da linguagem.

Levando em consideração, a facilidade ao acesso a informação que grande parte da população possui atualmente, é imprescindível que os professores dos Centros de Educação Infantil e escola especiais tenham capacitações e debatam assuntos pertinentes as especificidades no desenvolvimento de crianças com necessidades especiais.

Um fator que não pode ser esquecido, ou mesmo, a parte principal nos resultados esperados, a família. "Quando os pais estão sendo trabalhados para aceitação do filho com problema, o envolvimento e participação dele na entidade ou escola são automáticos. Passa a existir um interesse parte deles, pois a instituição estará também servindo para diminuir-lhes os conflitos internos". (ACAPE, p.26, 1989). A comunicação entre as modalidades de ensino, poderá servir de suporte para famílias que possuem em seus laços fraternos, crianças com necessidades especiais, bem como a possibilidade de prevenção de deficiências secundárias.

2.1.2 Estimulação Precoce e Educação Infantil

Estimulação precoce é uma ação na área educacional que propõem prevenir e sanar os desafios de desenvolvimento infantil, por se tratar de um processo educacional, tem uma ação globalizada sobre a criança e suas necessidades. O estímulo precoce que recebe a criança

é essencial e constitui a base do seu desenvolvimento futuro. Como o próprio nome já diz, o estímulo precoce tem como objetivo desenvolver e potencializar, através de jogos, exercícios, técnicas, atividades, e de outros recursos, as funções do cérebro, ainda em desenvolvimento, da criança beneficiando seu lado intelectual, seu físico e sua afetividade.

Na prática educacional, vários termos têm sido utilizados para designar o programa de estimulação precoce, destinado a atender a criança, portadora de necessidades especiais de zero a três anos de idade. Mais recentemente, alguns grupos de profissionais passaram a adotar a expressão “estimulação essencial” para substituir “estimulação precoce”, como uma tentativa de designar, com clareza, o significado dessa intervenção especial. A expressão “estimulação precoce” é derivada da tradução dos termos correlatos do espanhol (“estimulación temprana” e “estimulación precoz”) e também em inglês (“early stimulation” ou “early intervention”). (DIRETRIZES EDUCACIONAIS SOBRE ESTIMULAÇÃO PRECOCE, 1995, p. 11)

Muitas são as interpretações sobre o que de fato é o programa de estimulação essencial, para facilitar e melhor esclarecer nos embasamos nas Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce (1995, p. 11) que definem: “Conjunto dinâmico de atividades e de recursos humanos e ambientais incentivadores que são destinados a proporcionar a criança, nos seus primeiros anos de vida, experiências significativas para alcançar pleno desenvolvimento no seu processo evolutivo”.

Mas o cerne da questão traz “O conceito básico do mesmo se prende à importância da estimulação, ou seja, ao conjunto onde ações que tendem a proporcionar à criança as experiências necessárias, a partir de seu nascimento, para lhe garantir o desenvolvimento máximo de seu potencial”. (ESTIMULAÇÃO PRECOCE, 1996, p. 09).

Após a desmistificação do que é “Estimulação Essencial”, partiremos para outro eixo existente nesse processo, a família. Uma das ações mais importantes, certamente também mais complexas, acontece após o diagnóstico feito pela equipe técnica e médica. Nessa etapa a família deverá ser comunicada. Aí entra o assunto que abordaremos a seguir comunicação eficiente e gestão de conhecimento. Esse profissional que possui a incumbência de informar os procedimentos que deverão ser adotados pela família em relação ao diagnóstico, necessita ter muita sensibilidade, afetividade e o principal profissionalismo. Tais competências se conquistam através de formação profissional e iniciativa própria.

Devemos considerar que a família é leiga nesse assunto, ou seja, não possui conhecimentos técnicos de como proceder nessa situação, para tanto, as informações devem

esclarecer quais são as etapas do desenvolvimento da criança e as necessidades específicas que a mesma possui, para que a família possa desenvolver atividades de acordo com o nível, capacidade e melhor forma de estimular. “A devolução à família inclui o diagnóstico, a indicação de atendimento educacional e terapêutico (se necessário) e o prognóstico. Ela deve ser cautelosa, considerando o nível sociocultural da família e o nível de conscientização já observado durante o processo de avaliação”. (COLEÇÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1993, p. 27).

Nesse processo de estimulação em fase precoce, deve-se considerar o ciclo como um todo, família, escola e influências sociais. Se a criança não receber atendimento que contemplem suas necessidades específicas, conseqüentemente isso ocasionará que a criança com deficiência intelectual não se desenvolverá plenamente, acarretando atraso ainda maior em seu desenvolvimento global, o que dificultará a sua inserção futura no ensino regular.

Podemos mensurar a importância da família nesse processo através dos “efeitos positivos de um ambiente verbalmente estimulante sobre o desenvolvimento cognitivo dependem, essencialmente, dos padrões mais abstratos da linguagem utilizada no meio familiar e da forma de relacionamento do adulto com a criança” (ESTIMULAÇÃO PRECOCE, 1996, p. 28).

O que precisamos compreender, que não serão somente as instituições especializadas, ou mesmo, os Centros de Educação Infantil, que farão com que o trabalho de Estimulação Essencial acelere o desenvolvimento global da criança com alguma necessidade especial, por sua vez aumentando as possibilidades dessa criança interagir com o meio a qual vive. Mas precisamos notar que o convívio de qualquer criança independente de sua condição biológica, sensorial, cognitiva, com outras crianças e principalmente de um grupo maior, contribui para seu desenvolvimento.

2.2 COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

Em tempo de globalização, automatização de processos e terceirização de responsabilidades, sem sobra de dúvidas, a comunicação eficiente é o fator mais importante no sucesso de uma organização. Seja a forma que for, verbalizando ou pelo método de sinais,

o relacionamento entre as pessoas só é possível através da comunicação. “A má comunicação traz desgastes nas relações, agressões verbais, perda de tempo com retrabalho, mal entendidos, suscetibilidades afetadas, perda de motivação e stresse. Liderar é comunicar, para atingir os objetivos da empresa”. (MARTINIANO, 2007, p.156).

A competitividade imposta no século XXI, não se limita somente as empresas de bens de consumo, observar-se que ela abrange exatamente as empresas que são prestadoras de serviços. Ao mesmo instante em que ela vem se alastrando de forma desenfreada, a tal ponto que, se prolifera em todos os setores ou métodos de comunicação utilizados pelas organizações para interagir com seus colaboradores ou demanda.

Recentemente, os três autores Putnam, Phillips e Chapman afirmaram que “[...] talvez nenhum outro conceito esteja tão presente no estudo das organizações quanto o designado pelo termo comunicação. Essa onipresença faz com o que o sentido de comunicação torne-se arditosamente impreciso” (PUTNAM; PHILLIPS; CHAPMAN, 2004, p. 77).

A comunicação exige credibilidade, filtro de informações, conhecimento científico e comprometimento pessoal, ou seja, depende de diversos fatores. Há de se frisar o poder de criar valores, perfis, *feedback* e assim, impulsionando-a para o futuro. Nesse caso, a comunicação que se almeja na busca da excelência é a organizacional. Esse *feeling* de mercado é de extrema importância para as organizações, pois visa passar informações, tomadas de decisões corretas e desenvolver relacionamentos que integram e coordenam todas as partes.

Uma definição aceita pelos estudiosos e simpatizantes com o assunto é a de Kunsch;

Comunicação Organizacional, como objeto de pesquisa, é a disciplina que estuda como se processa o fenômeno comunicacional dentro das organizações no âmbito da sociedade global. Ela analisa o sistema, o funcionamento e o processo de comunicação entre a organização e seus diversos públicos. (KUNSCH, 2003, p.149)

Outra definição, ou melhor, significado de Comunicação Organizacional explicado através de uma metáfora foi utilizado por Putnam (2009), ao utilizar um conduíte, mangueira corrugada utilizada na construção civil para embutir na parede, onde será realizada posteriormente a instalação elétrica, para servir como um transmissor de mensagens/informações.

A metáfora do contêiner descreve a organização como um contêiner ou um objeto que abriga a comunicação e também apoia uma ideologia funcionalista relacionada aos objetos gerenciais. Esses resultados surgem ao focalizar as preferências dos gestores pelos meios e vincular a adequação de comunicação aos objetivos organizacionais (PUTNAM, 2009, p. 46).

Essa metáfora poderia ser compreendida por interpretações distintas, pois a comunicação oferta um leque de informações muito abrangente, porém, Putnam completa sua definição afirmando que “A pesquisa sobre comunicação organizacional, nessa metáfora, analisa os tópicos de *feedback* positivo e negativo, a busca por informação na socialização e comunicação durante mudanças organizacionais planejadas” (PUTNAM, 2009, p. 47)

Desde sempre, “A comunicação é o processo básico pelo quais os gerentes e os profissionais realizam suas tarefas; e as pessoas em posição de autoridade consistentemente consideram a habilidade de comunicação como algo vital para o sucesso.” (DUBRIN, 2003, p.204).

Tudo depende da comunicação, a questão é, como gerir e padronizar a comunicação? Muitas são as indagações, porém o fato é que as pessoas necessitam aprender novas formas de se comunicar, visto que o avanço tecnológico facilita este processo, mas não supri a importância do aperfeiçoamento profissional.

Uma quantidade significativa da comunicação interpessoal também ocorre por meio da comunicação não-verbal, a transmissão de mensagens por outros meios que não as palavras. A linguagem do corpo refere-se àqueles aspectos da comunicação não verbal diretamente relacionado ao movimento do corpo, como gestos e posturas. (DUBRIN, 2003, p.33)

Conforme descreve Chiavenaeto (2001, p. 165) “Comunicação é a troca de informações entre indivíduos. Significa tornar comum uma mensagem ou informação. Constitui um dos processos fundamentais da experiência humana e da organização social.”

Em relação ao aspecto da comunicação humana na comunicação organizacional, Kunsch (2010, p. 48) revela que, “[...] embora sendo a mais importante, pode ser considerada a mais esquecida, tanto na literatura sobre Comunicação Organizacional quanto nas práticas cotidianas das organizações”. Nosso novo desafio talvez seja compreender que a comunicação é universal, porém não apresenta sempre a mesma estrutura. O segredo pode estar vinculado a aprender observar com quem queremos nos comunicar, feito isso, utilizamos todo conhecimento científico associado a prática e nos comunicamos.

2.3 GESTÃO DO CONHECIMENTO COMPARTILHADO

Em pleno século XXI, o mercado clama por um novo olhar, referente a elementos fulcrais que antes passavam despercebidos pelos gestores das empresas/organizações/instituições/escolas. Trata-se do patrimônio intangível, ou seja, o Conhecimento. “Não se tratar de tijolo, cimento, nem dinheiro; ou seja, não são concretos, palpáveis. Todavia, esses ativos invisíveis, intangíveis, não precisam ser nenhum mistério. Todos, tem sua origem no pessoal de uma organização”. (SVEIBY, 1998, p. 09).

Todo processo ou mudança necessita de um início, ou seja, de um ponto de partida. Ao nos referirmos a gestão do compartilhado de conhecimento não poderia ser diferente. Nesse caso o start está na comunicação global, resumindo, na necessidade de haver uma linguagem homogênea entre os envolvidos internamente nas instituições ou nas pessoas que são as pontes das instituições com outras organizações.

Haja visto, que as barreiras comunicacionais estão exatamente nesse ponto: em inúmeras situações o conhecimento (bem intangível) a ser compartilhado exige um vocabulário inovador para as pessoas que irão receber essas novas informações, ou incluem expressões que acabam sendo interpretados de maneira diferente daquela pretendida pelo agente emissor. Sveiby (1998, p. 49) afirma que "o significado que uma pessoa expressa nunca é o mesmo que aquele gerado na mente da pessoa que o recebe".

A de se concordar que, emergimos de uma época um tanto antiquada, que não mensurou o capital intelectual. Mas a recente mudança de paradigma, não alicerçou-se a uma teoria contemporânea, bem pelo contrário, indiscutivelmente se chocou com um mercado sedoso por investimentos no aprendizado e aprimoramento na Gestão do Conhecimento, fundamentados no crescimento organizacional. Como afirma Lévy: “A transmissão e a partilha de uma memória social são tão velhas quanto a humanidade (...). Entretanto, o progresso das técnicas de comunicação e de registro ampliou consideravelmente o alcance do estoque compartilhável” (LEVY; 1996, p. 155).

Terra (2003, p. 02), lembra ainda que:

Aqueles que investigam indicadores nas áreas de P&D, área tipicamente intensiva em conhecimento já descobriram há muito tempo que a mensuração de resultados nesta área requer múltiplos indicadores e uma perspectiva de longo prazo. Por sua

vez, empresas líderes nas áreas de gestão do conhecimento sabem que as ligações entre esforços nesta área e resultados empresariais são bastante difíceis de serem quantificados e que, freqüentemente, a melhor forma de mostrar resultados requer “estórias” sobre como iniciativas na área de gestão do conhecimento levaram a resultados empresariais.

A importância da estruturação da Gestão do Conhecimento, resume-se na eficácia da administração de uma empresa, uma escola ou mesmo uma instituição educacional especializada. Essa conjuntura está diretamente correlacionada a continuidade do ciclo processual que a organização está submetida.

Outra explicação, que essas mudanças de fato aconteceram quando o impacto pender para o lado financeiro com afirma Teixeira Filho (2000, p. 77) “Para a maioria dos gestores é difícil perceber claramente os benefícios práticos do mapeamento do conhecimento sobre os processos da empresa. Mas, às vezes é mais fácil perceber o custo de não ter este conhecimento registrado”.

Se compararmos todo conhecimento armazenado num longo intervalo de tempo pelos colaboradores de uma empresa à um *Backup* das informações de um programa de computador, alcançaremos o mesmo objetivo, o armazenamento de dados.

Porém, o armazenamento de dados sem compartilhamento costuma tornar-se o gargalo da empresa, conforme Terra (2001) descreve que todo conhecimento que não é compartilhado, torna-se para empresa retrocesso, fica ocioso e poderá facilmente ser perdido, daí a importância de externar o conhecimento através do compartilhamento de informações.

Tonet e Torres da Paz (2006, p. 76) afirmam que

“No atual cenário das organizações, o compartilhamento de conhecimento tem mostrado ser de suma importância, mas de difícil concretização, embora o senso comum identifique facilmente o que é compartilhar conhecimento, ainda não há consenso empírico sobre o significado do construto”.

O momento em que a globalização vem reposicionando o arcabouço das empresas/organizações, seja pela estrutura física ou intelectual, essas mesmas empresas, terão que superar os desafios hercúleos. Antes, empresas que possuíam somente grandes montantes financeiros em conta corrente e um leque de bem imóveis recebiam o mérito de uma administração eficiente, mas hoje, o cerne para as empresas é priorizar investimentos maciços na Gestão do Conhecimento, popular patrimônio intangível. Caso não ocorra essa mudança de

paradigma, a médio prazo com a crise organizacional, seja pela perda de competitividade ou falta de profissionais qualificados.

3. METODOLOGIA

Buscou-se definir o tema de pesquisa de forma relevante, ao mesmo tempo que, identificou-se nos seguintes eixos de pesquisa: Estimulação Essencial, Comunicação Organizacional e Gestão do Conhecimento Compartilhado.

Após a definição do tema, Centros de Educação Infantil e Instituições Especializadas: Lacuna de comunicação existente nesse cenário, próxima etapa foi a busca pelo material bibliográfico. A fonte informacional se manteve fielmente dados secundários. Cabe ressaltar que esses dados já foram coletados em algum momento por outros pesquisadores, sendo que no desenvolvimento desse artigo recebeu o tratamento adequado. As fontes secundárias “possibilitam a resolução de problemas já conhecidos e explorar outras áreas onde os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 23).

Como sujeito foi definido a pesquisa bibliográfica, pois segundo Gil (2010, p. 29) “A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações, e anais de eventos científicos”. Haja visto que, praticamente em sua maioria a pesquisa acadêmica por necessitar da fundamentação teórica caracteriza-se como pesquisa bibliográfica. “Todas as áreas de pesquisa, independentemente da sua classificação [...], supõem e exigem uma pesquisa bibliográfica prévia, fato este que explica os diversos objetivos de uma pesquisa desse tipo”. (CRUZ; RIBEIRO, 2004, p. 18)

Um facilitador que surgiu durante a busca pelo material bibliográfico, que serviu de base para o desenvolvimento teórico, se explica com o avanço das tecnologias de informação e comunicação e também, com o aumento da produção científica. Utilizou-se as bases de dados textuais, tais como as bases Scielo, Lilacs e Portal da Capes.

Para tanto, a importância da pesquisa científica pode ser contextualizada por Volpato (2006, p.74) que ao falar da importância da veracidade dos fatos nos relatos científicos, cita o

físico Max Planck que dizia “o cientista não é o mais honesto dos homens, mas a ciência dá um grande prêmio à honestidade”. Em tempo Bagno (2007, p.18) afirma que “se não houve avanços é porque não houve pesquisa - e se não houve pesquisa é porque não é ciência”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, observamos um posicionamento menos conservador nas composições familiares, que certamente, influenciam diretamente na aceitação de questões que fogem do planejamento. Questões essas, que ceifam os sonhos e perspectivas depositadas sobre o nascimento de uma criança dita “normal”. A sociedade está preparada para aceitar ou conviver com rotinas, modelos previamente estabelecidos, pessoas sem necessidades especiais, tudo que foge dessa ‘normalidade’ ocasiona um reposicionamento social.

A importância de estimular precocemente uma criança com necessidades especiais está diretamente vinculado ao fato de que, são exatamente nos dois primeiros anos de vida é que acontece o maior desenvolvimento do cérebro, sendo essenciais as experiências pelas quais a criança passa neste período. É relevante que a família sempre seja mediadora da estimulação da criança nos primeiros anos de vida e o professor tem a importante missão de desenvolver e entender o que a criança possui e necessita.

Partimos do ponto que, dificilmente alguém planeja conceber uma criança com necessidades especiais, para tanto, os pais geralmente não estão preparados ou capacitados para lidar com essa situação. Porém, a evolução científica trouxe respostas para essa questão, proporcionou estudos e relatos sobre a temática, a sociedade criou formas que contemplassem a integralidade do atendimento e por fim, as leis brasileiras protegeram juridicamente essas famílias e crianças.

Mas historicamente as instituições de ensino, não evoluíram na mesma velocidade e tônica da globalização. Constatou-se brechas que ferem o princípio constitucional, em relação ao acesso à educação como dever do estado e direito de todos. As falhas comunicativas são registradas de formas explicitadas e completam a deficiência educacional brasileira.

A redundância comunicativa certamente tem ligação com a falha no processo organizacional da gestão de conhecimento compartilhado, ou seja, as pessoas são ludibriadas com informações que ensejam em déficit comunicativo, ocasionando na perda de direitos já garantidos em lei.

Recentemente o mundo foi apresentado para um novo jeito de se comunicar eficientemente a “comunicação organizacional”. É uma nova realidade, não somente porque as empresas cada vez mais necessitam se comunicar com todos os públicos para poderem ser mais competitivas.

A comunicação é o caminho certo para a compreensão de qualquer organização (independentemente de finalidade) no seu contexto interno e externo, provocando uma harmonia no conjunto, gerando uma sinergia positiva em todos os setores, provocando uma satisfação no contexto.

Diante disto, sempre vale a pena incentivar as organizações a se inovarem e adotarem métodos eficazes de se relacionar com seus públicos, conseqüentemente atender de forma exemplar sua demanda. O caminho sempre foi e sempre será metódico, ou seja, busca ativa de artifícios que possibilitem o resultado final. Em consideração a comunicação organizacional, precisamos reafirmar que ela possui laços embrionários com a gestão de conhecimento, uma vez destacado, que nem sempre a dificuldade emana do conhecimento, e sim, do jeito de se comunicar.

Portanto, o estudo buscou respostas através de uma pesquisa bibliográfica, para então apontar caminhos que facilitem a comunicação entre entidades de educação especial e centros de educação infantil, tendo como construto, uma rede de atendimento que atenda às carências educacionais e as necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Secretaria de Educação especial. **Política Nacional de Educação Especial: Livro I/MEC/ Seesp**. Brasília, 1994.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20.12.96, **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola: o que é, como se faz**. 21. ed.. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.

CARTILHA DO CENSO 2010 – **Pessoas com Deficiência**. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia Científica: Teoria e Prática**. 2.ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.

DIRETRIZES EDUCACIONAIS SOBRE ESTIMULAÇÃO PRECOCE. **O Portador de necessidades educacionais especiais**. Secretaria de Educação Especial – Brasília: MEC, SEESP, 1995.

DUBRIN, Andrew J. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. Editora Cengage, 2006.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. **Coleção Educação Especial**. Ação pedagógica – 1993.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDBERG, Elkhonom. **O Paradoxo da Sabedoria**. São Paulo. Editora Melhoramentos, 2006.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Esclarecendo as deficiências: aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. 4.ed. revisada, atualizada e ampliada. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **A Comunicação como fator de humanização das organizações**. (Org) São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2010.

LEVY, Pierre. **O que é o Virtual?**. São Paulo: Editora 34, 1996.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: ATLAS, 2008.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **Fontes ou recursos de informação: categorias e evolução conceitual**. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia. Rio de Janeiro, 2006.

PUTNAM, Linda, PHILLIPS, Nelson e CHAPMAN, Pamela. **Metáforas da comunicação organizacional**. In: CLEGG, Stewart R. HARDY, Cyntia e NORD, Walter R. (Org.) *Handbook de estudos organizacionais*. Ação e análise organizacionais. São Paulo: Atlas, 2004.

PUTNAM, Linda L. **Metáforas da comunicação organizacional e o papel das relações públicas**. In: KUNSCH, M. M Kroling. Relações Públicas e comunicação organizacional: campos acadêmicos e aplicados de múltiplas perspectivas. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2009.

SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO. Ação Camiliana Pró- Excepcionais. **O deficiente no Brasil**: Aspectos, multidisciplinares da criança atípica. São Paulo: Impress, 1989.

SVEIBY, Karl. Erik. **A nova riqueza das organizações**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TEIXEIRA FILHO, Jayme. **Gerenciando conhecimento**. Rio de Janeiro: SENAC, 2000.

TERRA, J. C. C. **Por que investir em Conhecimento?** Revista Banas Qualidade, ano 15, n. 160, set. 2005.

_____. **Gestão do conhecimento**: o grande desafio empresarial. 3. ed. São Paulo: Negócio Editora, 2001.

TONET, Helena Correa; TORRES DA PAZ, Maria das Graças. Um modelo para compartilhamento de conhecimento no trabalho. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n.2, p. 75-94, abr/jun. 2006.

VOLPATO, Gilson Luiz. **Dicas para redação científica**. 2. ed. Botucatu:2006.